

ZUMBI DOS PALMARES: UM NOVO TIRADENTES?*

RICHARD MARIN**

Resumo: No início dos anos 1970, a figura do Zumbi, chefe da “República negra de Palmares”, da qual foi símbolo, começou a crescer no imaginário coletivo a tal ponto que está a caminho de integrar o panteão heróico nacional, após três séculos de esquecimento. A partir da análise das variações historiográficas sobre a personagem e do exame das modalidades de fabricação do mito tentaremos mostrar como este fenômeno diz muito a respeito dos embates sobre a memória que agitam a sociedade brasileira.

Abstract: In the early 1970's, Zumbi, head of “Palmares Black Republic” as well as its symbol, began to grow in size in Brazilian collective imaginary, so that he might join the national heroic pantheon after three centuries of oblivion. Analyzing historiographic variations on this character, and the ways in which a myth was fabricated around him, we shall try to show how much such a phenomenon tells about discussions about memory, that agitate Brazilian society.

No início dos anos 1970, a figura do Zumbi, chefe da “República negra de Palmares” do qual foi símbolo no século XVII, começou a crescer no imaginário coletivo brasileiro. Entretanto, nada

deixava ainda prever a verdadeira “zumbilatria” que tomaria conta do País dois decênios mais tarde. Hoje em dia, circulam selos e medalhas comemorativas representando-o; seu retrato está por todo lado, adornando as camisetas de adolescentes; Zumbi serve de enredo carnavalesco e de tema de balé; a *Nação Zumbi* é um dos grupos artísticos do Recife, entre os mais badalados no cenário musical nacional.¹ Quase desconhecido da maioria dos brasileiros há quarenta anos, o símbolo da resistência dos escravos está a caminho de integrar o panteão heróico nacional, ao lado da figura central de Tiradentes, executado em 1792 e alçado pela nascente República, um século mais tarde, à condição de ícone precursor da Independência do Brasil.

Uma promoção tão fulgurante quanto a de Zumbi, exumado após três séculos de esquecimento, é, na verdade, pouco freqüente na história das nações. Ela é eloqüente quanto aos embates a respeito da memória que agitam o Brasil, a maior sociedade escravista da Época Moderna² e a última a abolir a escravidão (1888). Neste artigo, pretendo apenas esboçar as variações da historiografia sobre Zumbi dos Palmares na longa duração, e tento refletir sobre as modalidades de fabricação do mito.

Nos tempos de Palmares e Zumbi

O fenômeno do quilombismo é parte integrante da história cotidiana do Brasil Colônia. Sem dúvida, contavam-se milhares de comunidades de escravos foragidos no interior³, os chamados quilombos ou mocambos. A maioria desses grupos, de tamanho reduzido, comportava algumas dezenas de escravos ao máximo, e sobrevivia apenas por dez a vinte anos.

Em comparação, seja por seu tamanho, seja pela sua duração, o quilombo de Palmares constituiu uma verdadeira exceção. Na acidentada região de floresta da Serra da Barriga, no interior da Capitania de Pernambuco (atualmente no Estado de Alagoas), estima-se que até 20.000 escravos resistiram quase durante um século (1604-1694). Nada menos que 17 expedições militares portuguesas e holandesas⁴ foram necessárias para vencê-los. Quando da sua destruição, Palmares teria abrigado por volta de 30.000 fugitivos. Parece evidente que, ao decorrer do tempo, a confederação de mocambos de Palmares fora capaz de fundar um Estado

organizado, dirigido por um rei e seus vassalos distribuídos entre vários acampamentos ou aldeias periféricas. A maioria dos habitantes era tida como bantos, nascidos na África. Aliás, seus moradores designavam familiarmente Palmares como “Angola Janga”, a “pequena Angola”. Como muitas sociedades africanas, Palmares vivia da lavoura e do escambo com a região circunvizinha, e praticava também a escravidão. Parece que o quilombo tenha considerado como libertos aqueles que, por iniciativa própria, juntavam-se a ele, mas mantinha escravos os negros capturados na ocasião de razias. Em 1678, explodiu uma revolta contra o rei Ganga Zumba, que foi envenenado por ter aceito negociar um tratado de paz com os portugueses. Foi seu sobrinho Zumbi (o Zumbi) que o sucedeu à cabeça de Palmares. O novo chefe, que fora criado e educado por um padre, fora do quilombo, não demorou em revelar-se perito na arte da guerrilha.⁵ Conseguiu resistir a vários ataques portugueses antes de ser definitivamente derrotado, em 6 de fevereiro de 1694, pelas tropas dirigidas pelo temido bandeirante Domingos Jorge Velho, após um sítio de 22 dias a Macaco, a capital-fortaleza de Palmares. Em todas as capitanias vizinhas ao quilombo e no Recife, festejou-se essa vitória com seis dias de luminárias e muitas manifestações de alegria. No entanto, Zumbi conseguiu escapar e fugir com alguns companheiros, até o 20 de novembro de 1695. Naquele dia, traído e denunciado por um dos seus tenentes, foi mortalmente ferido.

Conforme a análise de Silvia Hunold Lara, na época dos acontecimentos, Palmares e seu chefe permaneceram no centro das preocupações das autoridades coloniais. Sobre tudo desde a década de 1670, *“a destruição dos quilombos da Serra da Barriga, tornou-se tema cada vez mais constante na correspondência, das câmaras, do governo geral do Brasil e das instâncias metropolitanas. Sua extinção começara a tornar-se tão vital para os poderes metropolitanos e senhoriais que o empenho do governador de Pernambuco em dar provas de sua eficiência resultou [...] numa crônica específica do evento de 1676-1678”*.⁶

Inúmeras correspondências das assembleias municipais, do Governo Geral do Brasil e de Lisboa testemunham essa preocupação. Não poderia ter sido de outro modo, pois os portugueses tiveram que mobilizar contra os quilombolas tropas mais numerosas do que as que lutaram para expulsar os holandeses de Pernambuco. Durante todos esses decênios

de luta e resistência, de bom ou mau grado, a Coroa teve que aceitar um complicado jogo diplomático com Palmares, no qual alternaram guerra total, trégua e negociações. Em 1691, desnorteados, os representantes do rei na Colônia consultaram Antônio Vieira, o famoso e já muito idoso jesuíta, para que os aconselhasse. Considerou-se mesmo a possibilidade de mandá-lo para a Serra da Barriga a fim de propor aos palmarinos algum tipo de acordo. De um lado, parece que Antônio Vieira não rejeitava totalmente a hipótese de transformar Palmares em aldeamento jesuíta, os negros “vivendo naqueles sítios com os outros índios e gentios livres e que então os padres fossem seus párocos e os doutrinassem como os demais”. Mas, por outro lado, o evangelizador dos índios excluía devolver a liberdade aos escravos pois, escrevia:

*“Esta mesma liberdade seria a total destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido a ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho, seriam logo outros tantos palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é mais que o próprio corpo”.*⁷

Numa carta redigida em março de 1696, alguns meses depois da destruição de Palmares, o governador Caetano de Melo Castro reconhecia claramente o forte carisma exercido por Zumbi sobre os quilombolas:

*“Enviou-se me a cabeça do Zumbi que determinei que se puzesse (sic) em um pau no lugar mais público desta praça [Recife] a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos, e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam este imortal”.*⁸

Interpretações Coloniais: Civilização versus Barbárie⁹

Em 1726, quando muitas testemunhas e atores ainda estavam vivos, Sebastião da Rocha Pita, um membro da elite de Salvador, formado em Coimbra, firmou precocemente o modelo da interpretação colonial na sua *História da América portuguesa*.¹⁰ Na sua obra, composta de dez livros, encontram-se 26 parágrafos sobre Palmares. Como a luta fora longa, com muitas derrotas, precisava dar-lhe um sentido. Insistindo nas

qualidades pouco comuns do chefe dos rebeldes, e na dureza da resistência e a ousadia dos quilombolas “*e dos danos que pelo curso de mais de sessenta anos nos fizeram nas vilas [...] e dos males que causaram aos seus habitantes*,”¹¹ Rocha Pita enalteceu ainda mais os méritos das tropas coloniais e, particularmente, do governador que havia possibilitado esse “*fim tão útil como o [que] teve a guerra que fizemos aos negros dos Palmares*”.¹²

Se Palmares, que ele caracterizava como “*uma república rústica e a seu modo bem ordenada*”, merecia entrar na história da América portuguesa, era apenas porque fora muito difícil vencê-la. O texto barroco e lírico de Rocha Pita está repleto de referências à Antiguidade. Fala de Tróia, do rapto das Sabinas, das guerras servis e dos gladiadores de Roma: tantas metáforas duradouras, usadas até hoje em vários escritos sobre o tema, seja a favor, seja contra Palmares.

Depois de Rocha Pita, a historiografia colonial continuou difundido uma visão semelhante à dele, fazendo de Palmares apenas um simples episódio da história militar com a finalidade de deixar sobressair o heroísmo das tropas lusas. A República (1880-1930) surgida dos escombros de um sistema escravista tornado obsoleto, não ofereceu mais espaço à constituição de uma memória positiva de Zumbi. Fortemente impregnados da ideologia do branqueamento da raça, elites e pensadores sociais sonhavam explicitamente numa modernidade e num futuro brancos graças à imigração européia.

Em 1905, Raimundo Nina Rodrigues, professor de medicina legal na Faculdade de Medicina da Bahia, retomou seriamente o assunto, publicando no *Diário da Bahia* uma série de artigos com o título “*A Troya negra: êrros e lacunas de Palmares*”.¹³ Por um lado, ele trouxe algumas novidades, destruindo, entre outras, a lenda do suicídio de Zumbi e expondo, de modo convincente, o domínio das etnias bantos. Mas a sua interpretação geral não era muito diferente da de Rocha Pita. Bem no tom do Brasil republicano, que queria branquear a raça, desvalorizando e rejeitando as suas raízes africanas, ele fala de Palmares como de “*um estado em tudo equivalente aos que atualmente se encontram por toda a África ainda inculta*”.¹⁴ Pois, a “barbárie africana” de Palmares era uma “*regressão tribal*”, felizmente aniquilada. Nina Rodrigues realçava “*o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais,*

*destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti refratário ao progresso e inacessível a civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil”.*¹⁵

Em 1938, ainda, em um livro inteiramente dedicado ao acontecimento, o português Ernesto Ennes retomou, dois séculos após os acontecimentos, interpretações que também engrandeciam a façanha civilizadora de ontem, pensando, sem dúvida, nos portugueses do seu tempo, em Angola, Moçambique, e no Cabo Verde:

*“Foi com homens desta brava energia, desta violenta audácia, portugueses e paulistas, estes nascidos daqueles, consubstanciando todo o valor da raça, com todas as suas virtudes e qualidades, mas sempre os mesmos [...] que no século XVII, souberam devassar densas florestas, largos rios, cerrados [...] conseguiram vencer, extinguir, aniquilar e avassalar ninhos de feras homens e bichos, negros e pardos, que constituíram e habitaram este vasto continente Americano, orgulho de portugueses e paulistas de hoje, de ontem e de amanhã, diga-se o que se disser, pense-se o que se pensar”.*¹⁶

Uma África brasileira

Desde o início dos anos 30, num Brasil que se ia urbanizando, que rejeitava as velhas oligarquias rurais, e tentava construir, em torno de Getúlio Vargas, um estado moderno, autoritário e eficiente, floresceram novas interpretações do passado colonial. Em 1933, Gilberto Freyre, jovem sociólogo pernambucano, revolucionou o discurso sobre a identidade nacional publicando *Casa-grande e senzala*, brilhante idealização da mestiçagem brasileira. Na ocasião, o livro fez também conhecer ao País, tudo o que o Brasil tinha de raízes africanas e de identidade oriunda do continente negro. Foi nesse tempo que “o tema negro invadiu a poesia, o romance, o jornalismo, expulsando o índio e o caboclo da literatura e das preocupações dos intelectuais”.¹⁷ Em Recife (1934) e, depois, em Salvador (1937), foram organizados os primeiros Congressos Afro-brasileiros que combinavam, de forma inédita,

etnógrafos, psiquiatras, antropólogos, lingüistas, historiadores e sociólogos.

A conjuntura facilitou uma leitura compreensiva e favorável a Palmares. O interesse pelo episódio cresceu e a maioria das interpretações, partindo de novas perspectivas antropológicas, destacaram o quilombo como fenômeno de contra-aculturação, uma tentativa de resistência à aculturação européia à qual os escravos eram submetidos nas senzalas. Na linha de Melville Herskovits, um discípulo de Franz Boas que havia evidenciado a importância das investigações afro-americanistas para melhor entender a África, vários antropólogos começaram a procurar africanismos, ou sobrevivências de um verdadeiro Estado africano no Brasil, identificando, em Palmares, um projeto de restauração africana do outro lado do Atlântico. Impôs-se, então, uma visão do quilombo como alternativa ao sistema escravista, como sociedade de homens livres e, talvez, iguais, eficaz e produtiva, conforme a imagem mitificada da África que servia de grande referencial.

Artur Ramos foi o maior porta-voz desta tendência. O grande antropólogo das civilizações africanas no Brasil,¹⁸ diretor de coleção na *Companhia Editora Civilização Brasileira*, dirigiu a publicação, entre 1934 e 1940, de dez livros sobre as questões afro-brasileiras. *O Negro na Civilização Brasileira*, de sua autoria, estudava, no capítulo quatro “A República de Palmares”,¹⁹ definida como “a primeira grande epopéia que o Negro escreveu em terras do Brasil”; “uma grande tentativa negra de organização de estado [...] com tradições africanas dentro do Brasil”, [cuja] “organização econômica era perfeita”, [com um] “código moral elevado” [e um] “espírito de disciplina [...] absoluto.”

Em 1960, o sociólogo Roger Bastide, que havia participado da missão universitária francesa em São Paulo, no final dos anos 30, defendeu interpretações semelhantes em *Les religions africaines au Brésil*. Como o fizeram Rocha Pita e Nina Rodrigues, ele retoma a metáfora da “Tróia negra”,²⁰ esboçando o retrato de um “Palmares [que mantém] em pleno sertão brasileiro as regras tribais da África longínqua”.²¹ Bastide caracteriza o quilombo como “fenômeno de resistência cultural”,²² dominado pelos bantos, e evidencia o fato de que “a manutenção da escravidão da parte de negros que, justamente, fugiam dela era muito significativo do retorno à África”.²³

O símbolo da libertação de todos os oprimidos

Ao mesmo tempo que esta leitura antropológica, surgia uma interpretação mais política de Palmares, influenciada pelo marxismo, que ganhava espaço no ambiente intelectual e artístico. Aparecida nos anos 30, ela cresceu muito no Brasil populista do pós-guerra (1945-1964) e, ainda mais, sob o regime ditatorial dos generais-presidentes. A maioria desses trabalhos vê no quilombo uma das expressões coloniais da luta de classes e contribuiu, desse modo, para fazer dele o símbolo do combate de todos os oprimidos, alguns não vacilando em apagar a sua especificidade negra. Aderbal Jurema, em *Insurreições negras no Brasil*²⁴ (1935) e, sobretudo, Edison Carneiro, cuja obra *O quilombo dos Palmares*²⁵ (1946) ia tornar-se um clássico, foram as figuras pioneiras desta corrente. Este último tem a peculiaridade interessante de ser, ao mesmo tempo, militante da causa negra e do Partido Comunista Brasileiro. Em 1959, com *Rebeliões nas senzalas*, Clóvis Moura reavaliava também os quilombos à luz do marxismo.²⁶

A partir de 1964, os fortes símbolos de Zumbi e de Palmares se transformaram em eficazes e sugestivas armas para combater o regime militar que acabara de depor o presidente João Goulart. Quando Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal escreveram e montaram, em 1965, “Arena conta Zumbi”, não havia a menor dúvida para o público que a peça falava muito mais do presente dos brasileiros do que do passado heróico de rebeldes africanos. Cada episódio do Palmares cênico lembrava com força o momento político brasileiro. Dando novamente vida à saga do quilombo, a intenção primeira dos autores era de explicar como a derrota de escravos do século XVII permitia também ajudar a entender a da esquerda em 1964. Na peça, quando os personagens brancos do Brasil Colônia ficavam preocupados pelo “perigo negro”, era óbvio que o espectador pensava no “perigo vermelho” dos anos 60. Na mesma linha de pensamento: a campanha militar do bandeirante Domingos Jorge Velho contra os *Palmarinos* lembrava o papel dos Estados Unidos na guerra do Vietnã.²⁷

A gênese de *Palmares - A Guerra dos Escravos*, de Décio Freitas, lançado em 1973 - o trabalho mais completo realizado até hoje sobre o assunto²⁸ - é também reveladora da telescopia entre o passado e o

presente. O autor, advogado de formação e exilado desde 1964, só descobriu a história de Palmares quando foi redigir um manifesto de oposição exaltando as lutas populares do passado. Em novembro de 1995, declarava ele numa entrevista à Folha de São Paulo:²⁹

“Fui cassado pelo Ato Institucional nº2, logo no início do golpe de 64. Quando o Jango foi derrubado, eu ocupava um cargo de confiança no governo em Brasília, presidia uma fundação federal, a Fundação Brasil Central. Fui morar em Montevideu naquele ano, e logo que lá cheguei houve muitas conspirações para que fosse armado um contragolpe no Brasil. Eu participei dessa negociação. Nós pretendíamos, ao entrar no Brasil, lançar um manifesto dividido em duas partes: uma parte histórica, na qual nós nos apresentaríamos como continuadores das lutas populares, e a outra parte seria política e atualizada. Eu era do grupo encarregado dessa primeira parte. Foi então que, ao fazer a pesquisa para o manifesto, li pela primeira vez, em Varnhagen [...] algumas linhas sobre Palmares [...] achei intrigante aquilo ali, tratado como um episódio quase policial por Varnhagen, prontamente debelado pelas autoridades. Comecei a descobrir coisas na Biblioteca Nacional de Montevideu. Em Buenos Aires, na Biblioteca Nacional, também encontrei muita coisa. E então vim ao Brasil clandestinamente.”

Empreendendo, doravante, uma releitura de Palmares à luz do presente da ditadura na sua fase mais dura, ele erigiu o quilombo ao tamanho de um fenômeno exemplar da resistência política, revestido de valor geral.

Zumbi, herói da negritude ou da nação?

A partir do final dos anos 70, de maneira cada dia mais clara, Zumbi se transformou em bandeira de um movimento da negritude em plena ascensão. Um decênio mais tarde, uma segunda representação antagônica

do personagem, com a caução das autoridades e de parte da esquerda,³⁰ começou a se esboçar, na qual o mártir de Palmares tendeu a encarnar a nação por inteiro. A Igreja da Teologia de Libertação tomava também parte nesse movimento de reabilitação: assim, em novembro 1981, em Recife, na oportunidade de uma Missa dos Quilombos, que provocou a ira do Vaticano, o arcebispo negro de João Pessoa, Dom José Maria Pires, vestindo paramentos africanos, reconheceu na sua homilia a grave responsabilidade da Igreja na escravidão dos negros, e prestou homenagem à cultura africana, celebrando Zumbi.

No Brasil, como em outros países do subcontinente, o movimento de etnicização das memórias desperta identidades ameríndias ou afro-americanas. Num país que se libertava aos poucos do cárcã da ditadura, e testemunhava a efervescência da cultura afro-brasileira, a reivindicação negra impôs progressivamente sua presença no debate público, muito além dos negros e mulatos. Essas condições eram favoráveis à inscrição de uma nova imagem de Zumbi na memória coletiva.

Em 1978, no embalo da democratização política, *O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial* (MNU) nasceu em São Paulo. Sem se transformar em movimento de massa, ele impôs rapidamente sua presença no debate de idéias, com o apoio de uma rede complexa de associações culturais. O MNU, uma organização radical, definia-se como “*um instrumento de luta da comunidade negra*”. Portavoz eficaz do combate contra a discriminação racial, denunciava “*o holocausto da escravidão*” e combatia o mito nacional da democracia racial. O seu êxito merece ser destacado, já que, ao contrário dos Estados Unidos – e apesar da existência de um problema negro – no Brasil, uma verdadeira comunidade negra, baseada sobre a raça, e com os devidos movimentos reivindicativos e identitários³¹ nunca chegou a se organizar.

Esta militância, muito crítica da história oficial escrita pelos vencedores brancos, tentava opor-lhe uma contra-memória intelectual negra que reivindicava, em particular, a introdução do estudo da África e dos afro-brasileiros nos currículos escolar e universitário. Em lugar do 13 de maio, dia aniversário da abolição da escravidão, os diferentes grupos negros promoveram, com êxito crescente, um “Dia da consciência negra”: o 20 de novembro, data do aniversário da morte do Zumbi.

Em 1988, as celebrações do centenário da abolição da escravidão alcançaram um êxito inesperado e constituíram um momento-chave para a reflexão acerca da identidade nacional. Nessa oportunidade, o Brasil, sem dúvida, aprendeu a escrutinar-se melhor. O mito da democracia racial não conseguiu sair indene. Uma avalanche de publicações e de manifestações concorreu para um melhor conhecimento do passado escravista. Ao mesmo tempo, veio à tona a contribuição essencial da África à civilização brasileira. “A mão afro-brasileira”, uma exposição de quase 200 obras, apresentadas em São Paulo e, logo depois, em Brasília, revelou o papel dos negros na produção artística nacional, desde o barroco mineiro. Ao mesmo tempo, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro empreendia uma reconstituição da “História do Negro no Brasil”. Por seu lado, a televisão multiplicou as novelas de forte audiência, tendo como tela de fundo o passado escravista, e aumentou o número de jornalistas negros.³² Até mesmo a nova Constituição, promulgada em 1988, ecoou as mudanças culturais em curso. Como parte do patrimônio cultural brasileiro, foi determinado que “*ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos*”; o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição garantiu aos descendentes dos fundadores de quilombos, que continuaram vivendo em áreas antigas, a posse das terras que habitavam.

Sem dúvida, tudo isso foi determinante para que se desencadeasse, em 1995, em volta do tricentenário da morte de Zumbi, uma nova etapa cujo objetivo foi transformá-lo em herói da nação inteira. Para essa entrada no panteão heróico, não se pode subestimar o papel pessoal do presidente Fernando Henrique Cardoso, mais sensível do que seus antecessores à questão que ele havia estudado outrora como sociólogo.³³ O auge dessas manifestações ocorreu no dia 20 de novembro, quando o Presidente da República, acompanhado por Pelé, então Ministro dos Desportos, e da senadora negra Benedita da Silva, participou de uma homenagem nacional ao Zumbi, no sítio do quilombo de Palmares, tombado como patrimônio histórico havia alguns anos: “*Vim aqui para dizer que o Zumbi é nosso, é do povo brasileiro, e representa o melhor do nosso povo: o desejo de liberdade. [...] Zumbi ultrapassou a sua identidade afro-brasileira*”.³⁴

Obviamente, tal recuperação só podia alimentar a polêmica que havia agitado todo o ano do tricentenário. Varias vezes o debate havia-se tornado áspero entre a Fundação Palmares, que fora convidada pelo Ministério da Cultura para coordenar as comemorações oficiais, e o MNU, que boicotou muitas das manifestações, interpretadas como tentativas do governo para apoderar-se da figura do Zumbi. Aliás, no dia 20 de novembro, o movimento negro replicou à cerimônia oficial de Alagoas organizando na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, uma “Marcha contra o racismo pela igualdade e pela vida”.

Qual será o futuro desse processo de heroicização de Zumbi, já que parece estabelecido que não é apenas uma moda qualquer? O historiador que tem tanta dificuldade para entender o passado deve ser cauteloso quando avalia o futuro. No entanto, uma coisa parece certa: se o rebelde de Palmares conseguir impor-se no panteão cobiçado e reduzido dos heróis da nação, provavelmente terá que mestiçar-se. Assim, ele perderá boa parte dos atributos da negritude para tornar-se um símbolo da aquarela brasileira.

No dia 14 de novembro de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso abriu o caminho lembrando, num discurso, um quilombo de Palmares, talvez imaginário, “*que acolhia negros, índios, judeus e até muçulmanos*”, todos convivendo em harmonia. E, para ser compreendido melhor, completou: “*Zumbi dos Palmares é parte da história nacional*”.³⁵

Notas:

*Artigo no prelo em francês. In: Sophie Dulucq et Colette Zytnecki (dir.), *Décoloniser l'histoire? De l'histoire coloniale aux histoires nationales en Afrique et en Amérique latine (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Société Française d'histoire d'Outre-Mer, automne 2003. Tradução do próprio autor.

**Professor na Universidade Toulouse-Le-Mirail; Laboratoire FRAMESPA: France Méridionale et Espagne : Histoire des Sociétés du Moyen Âge à l'Époque contemporaine (Équipe CNRS / Université).

¹Em 1995, pelo menos dois balés foram montados em torno de Zumbi: *Electronic Zumbi* de Rubens Barbot, e « Z » da coreógrafa africana Germaine Acogny (música de Gilberto Gil), interpretado pela primeira vez pelo Balé da Cidade de São Paulo, em 19 de novembro de 1995. A banda Olodum de Salvador

compôs três músicas em homenagem a Zumbi : “Zumbi Rei”, “Grande Guerreiro” e “Descanse em Paz”.

²Os números do tráfico negreiro mais divulgados mencionam 3.646.000 escravos entrando no Brasil, entre 1531 e 1850, ano em que foi proibido. Ou seja, 50.000 no século XVI; 560.000 no século XVII; 1.891.000 no século XVIII e 1.145.000, no século XIX.

³O trabalho de inventário dos herdeiros dos antigos quilombos, levado a cabo para a atribuição de títulos de propriedade, conforme a clausula transitória da Constituição, identificou 724 áreas como remanescentes de quilombos. A maioria tem apenas algumas dezenas de famílias. A comunidade da Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), fazendo exceção, com 16.000 habitantes. De acordo com dados da Fundação Palmares, existem 80.998 descendentes de quilombolas vivendo nessas áreas, em quase todos os Estados brasileiros. A maior concentração está na Bahia, onde foram identificadas 245 comunidades. No Maranhão, existem 172 e em Minas, 69.

⁴Em 1624, os holandeses, através da Companhia das Índias Ocidentais, invadiram a Bahia mas foram rapidamente expulsos. Em 1630, em uma segunda tentativa, conseguiram apoderar-se da capitania de Pernambuco, aí permanecendo até 1654. Recife era o centro da dominação holandesa, sob o notável governo de Maurice de Nassau.

⁵A hipótese mais difundida é que Zumbi, nascido em Palmares, em 1655, foi raptado, pouco depois de ter nascido, pela expedição de Brás da Rocha Cardoso e criado sob o nome de Francisco, pelo padre Antônio Melo, em Porto Calvo. Aos quinze anos, Francisco teria fugido para o *quilombo* tomando o nome de Zumbi.

⁶LARA, Silvia Hunold. “Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”. In: João José Reis e Flavio dos Santos Gomes, *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das letras, 1996, p. 98.

⁷Citado em Ronaldo Vainfas, “Deus contra Palmares”. In: João José Reis e Flavio dos Santos Gomes. Op. cit., p. 78. Neste mesmo artigo, o autor faz uma análise pormenorizada do papel do jesuítas.

⁸Carta do 14 de março de 1696, citada em Ernesto Ennes, *As guerras nos Palmares* (vol. 2), São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938, p.104.

⁹Para a historiografia sobre Palmares, ver a síntese recente de João José Reis e Flávio dos Santos, “Uma historia da liberdade”. In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. *Liberdade por um fio*. Op. cit., p. 9-25.

¹⁰ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa* (1724), São Paulo : Edusp/Itatiaia, 1976. Boa análise da obra de Rocha Pita em Silvia Hunold Lara. Op.cit., p. 81-109.

¹¹ROCHA PITA, Sebastião da. Op. cit., p. 214, citado em Silvia Hunold Lara, Op. cit., p. 81.

¹²*Ibid.*

¹³RODRIGUES, Nina. "A Troya negra : êrros e lacunas de Palmares", *Diário da Bahia*, 20, 22, e 23 de agosto de 1905. Texto integralmente reproduzido no capítulo III de Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, Companhia Editora Nacional, 1945 ("As sublevações de Negros no Brasil anteriores ao século XIX. Palmares", p. 125-166).

¹⁴RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. Op. cit., p. 135.

¹⁵*Ibid.*, p. 137

¹⁶ENNES, Ernesto. Op. cit., p. 130.

¹⁷A fórmula é de Roger Bastide. *Les Religions africaines au Brésil* Paris : PUF, 1960, p. 30.

¹⁸Medico legista formado em Salvador e discípulo de Nina Rodrigues, Artur Ramos não demorou em se distanciar das interpretações do mestre. A partir de perspectivas anti-racistas e culturalistas, ele elaborou uma etnologia que integrava os recursos da psicanálise no estudo dos fenômenos de aculturação. Entre as suas obras se destacam: *O Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. *O folclore negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935. *As culturas negras no novo mundo*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira 1937. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1942. *Introdução a antropologia brasileira*. Rio de Janeiro : Casa do Estudante, 1^{er} vol. 1943, 2^e vol. 1947.

¹⁹RAMOS, Artur. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1956; ch. IV : " A República de Palmares", p. 59-69.

²⁰BASTIDE, Roger. Op.cit., p. 118.

²¹*Ibid.*, p. 123.

²²*Ibid.*, p. 124.

²³*Ibid.*, p. 123.

²⁴JUREMA, Aderbal. *Insurreições negras no Brasil*. Recife: Ed. da Casa Mozart, 1935.

²⁵CARNEIRO, Edison. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Brasiliana, 1946.

²⁶MOURA, Clovis. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

²⁷«Arena contra Zumbi» está estudado em Gérard Police, *La fête noire au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 1996, p. 170-172.

²⁸foi o primeiro a apresentar dados concretos sobre a identidade do líder negro Zumbi – a partir das cartas do padre Antônio Melo, que criou Zumbi até os 15 anos - e a formação social de Palmares.

²⁹FELINTO, Marilene. "Líder Zumbi pecou pelo radicalismo". *Folha de São Paulo*, 13-11-1995.

³⁰CUT, PT e até a "Igreja dos pobres". No dia 22 de novembro de 1981, em Recife, na diocese de dom Helder Câmara, foi celebrada, pela primeira vez no Brasil, a *Missão dos Quilombos*, em homenagem ao 286º aniversário do martírio de Zumbi. A cerimônia o comemorou na Praça do Carmo, no local exato onde a sua cabeça fora exposta, em 1695.

³¹A *Frente Negra Brasileira*, pela sua capacidade em juntar a maioria dos grupos negros existentes, foi a notável exceção. Nascida em São Paulo, no início dos anos 1930, tornou-se partido político em 1935, com características obviamente autoritárias, sob o nome de *União Negra Brasileira*. Em 1938, com a proclamação do Estado Novo, ele foi interditado, como os outros partidos políticos.

³²Em 1992, pela primeira vez na televisão brasileira, a TV *Manchete* dava a responsabilidade da apresentação do noticiário a uma jornalista negra.

³³CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

³⁴Citado por Jean-François Veran, « Brésil : les découvertes du quilombo. La construction hétérogène d'une question nationale », *Problèmes d'Amérique latine*, janvier-mars 1999, p. 55.

³⁵*Leia a íntegra do pronunciamento*, *Folha de São Paulo*, 15-11-95.